

1914 - uma guerra longa e letal

Andrei Netto

O Estado de S.Paulo, 27 de julho de 2014

Antecedentes, quando o horror se alastrou, a guerra das versões sobre a Primeira Guerra Mundial

1914: Quando horror se alastrou	4
Nas trincheiras, morte, miséria e memória	6
Nas Cidades-Mártires, um conflito sem fim	9
No front de Ypres, o mundo conhece a guerra química	11
A guerra de versões continua	14
Qual país foi o principal responsável?	14
A interpretação recente de Christopher Clark	16
Entrevista com Max Hastings, autor de <i>Catástrofe: 1914 - A Europa vai à guerra</i> .	17

Em 28 de junho de 1914, Gavrilo Princip atacou e abateu a tiros o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, Francisco Ferdinando, no evento que precipitou a 1.ª Guerra Mundial. Cem anos depois, o jovem nacionalista sérvio ainda divide a Bósnia: herói ou terrorista?

Não havia representantes do governo da Sérvia nem das mais importantes autoridades da comunidade sérvia da Bósnia-Herzegovina na noite de gala de 28 de junho de 2014 no [Vijecnica](#), a reconstruída biblioteca nacional do país. Naquela noite, um concerto da Orquestra Filarmônica de Viena, da Áustria, realizado no prédio-símbolo de Sarajevo lembrava os 100 anos do atentado que matou o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, Francisco Ferdinando.

Do lado de fora, algumas dezenas de militantes carregavam faixas de protesto e cobriam seus rostos com uma máscara: a do jovem nacionalista sérvio Gavrilo Princip.

Para os que estavam no interior do edifício de linhas neo-islâmicas devastado pelo fogo no cerco à cidade, em 1992, e agora reconstruído, Princip foi um assassino. Para aqueles que protestavam no lado externo, ele foi um herói. Em síntese, assim se divide a Bósnia-Herzegovina sobre o evento político usado como pretexto pelo Império Austro-Húngaro, com apoio do Império Alemão, para lançar a 1.ª Guerra Mundial. Um século após o célebre atentado de Sarajevo, a memória do assassinato de Francisco Ferdinando e de sua mulher, Sofia, é alvo de paixões e de discórdia política.

A controvérsia em torno do papel do jovem tuberculoso [Gavrilo Princip](#) no ataque faz parte de um pedaço da história mais viva do que o próprio conflito de 1914-1918 no imaginário dos Bálcãs. Recém-saída de mais uma guerra sanguinária, a península ainda sofre as consequências da implosão da Iugoslávia e da 3.ª Guerra dos Bálcãs, entre 1991 e 2001, e com a profunda divisão dos povos da região. O resultado é que

sérvios, de um lado, e bósnios e croatas, de outro, têm visões opostas também sobre o ataque cometido por nacionalistas do movimento Mlada Bosna, Jovem Bósnia, em 1914.

A organização defendia a ideia da Grande Sérvia e a criação da Iugoslávia e se opunha à ocupação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria-Hungria, que invadiu o território em 1878 e o anexou em 1908. A iniciativa de Viena de absorver parte da Península Balcânica contrariava as disposições do Tratado de Berlim, que reconhecia a posse da região pelo Império Otomano, e serviu para acirrar o nacionalismo sérvio dentro e fora das fronteiras da Bósnia, estimulado pelo apoio do Império Russo e de seu czar, Nicolau II.

Casado com uma checa, Sofia, [Ferdinando](#) era considerado um sucessor progressista do imperador Francisco-José, então com 84 anos. Nos meios políticos de Viena, imaginava-se que o arquiduque, uma vez no trono, poderia ampliar a autonomia, a liberdade e os direitos dos eslavos do império, mais numerosos do que os austríacos e os húngaros. Esse suposto perfil reformador – que jamais se confirmaria, em função do assassinato – causava desconfiança na corte e na elite do próprio império, ciosas de manter o status, mas sobretudo entre os movimentos nacionalistas da Sérvia, que almejavam comandar a grande unificação dos “eslavos do Sul” em um país unido – a “Eslávia do Sul”, ou Iugoslávia.

Foi nesse contexto que movimentos como Jovem Bósnia e Mão Negra, um grupo secreto suspeito de ter ligações com o exército e o governo da Sérvia, conspiraram para o assassinato do arquiduque [a tiros de revólver](#), pelas mãos de Princip, após um primeiro atentado a bomba fracassado no mesmo dia, ambos nas imediações de Vijećnica, que Ferdinando havia visitado instantes antes.

Cem anos depois, a memória do crime que segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm marcou o início do “breve século 20” ainda paira sobre Sarajevo. “Estamos em uma profunda crise econômica e a maioria da população de Sarajevo não está interessada na 1.ª Guerra Mundial”, explica a [historiadora Vera Katz](#), pesquisadora do Instituto de História da Universidade de Sarajevo. “Mas entre acadêmicos estamos muito divididos. Temos três divisões claras: sérvios, bósnios e croatas. Isso faz com que tenhamos diferentes interpretações sobre o papel de Gavrilo Princip na 1.ª Guerra Mundial. Entre historiadores sérvios, ele continua a ser um herói nacional.”

A controvérsia nos meios acadêmicos é tão forte que pesquisadores sérvios boicotaram uma conferência internacional que reuniu entre 18 e 21 de junho historiadores do mundo todo em torno do tema A Grande Guerra: Abordagens Regionais e Contextos Globais. Uma conferência em separado será realizada em setembro, em Belgrado, na Sérvia. Para intelectuais como Miljan Maksimovic, historiador bósnio de origem sérvia, as elites políticas bósnias e europeias tentam revisar a história, apagando os traços do povo sérvio na cultura local e impondo o fardo da culpa pela Grande Guerra à Sérvia. “O absurdo é que bósnios muçulmanos também impuseram grande resistência às tropas invasoras austro-húngaras em 1878, mas dizem o contrário hoje”, afirmou Maksimovic à agência russa Ria Novosti. “O fato é que essas iniciativas não contribuem à reconciliação global, mas aprofundam a divisão.”

Um dos grandes pontos de insatisfação da população de Sarajevo Leste e da República Srpska (República Sérvia da Bósnia, uma das duas que compõem a Bósnia-Herzegovina), onde se concentra a população sérvia, é que uma versão da história sobre o atentado de Sarajevo e sobre Gavrilo Princip, um “herói nacional”, está preponderando para o mundo. Para eles, austro-húngaros eram os invasores a serem combatidos.

O que se vê hoje na Bósnia-Herzegovina, porém, é uma revisão desse papel e uma tentativa de apagar da memória o culto a Princip. Em Sarajevo, a passagem sobre o Rio Miljacka em frente à qual Francisco Ferdinando foi assassinado, que durante a existência da Iugoslávia de Alexandre I e de Tito se chamou Ponte Gavrilo Princip, voltou a ser denominada Ponte Latina. Uma placa com os dizeres “Que a paz reine sobre a Terra” hoje esconde a anterior, que descrevia o jovem como “um combatente da liberdade” e o atentado como “um protesto popular contra a tirania”. As ruas em homenagem ao herói/terrorista e ao movimento Jovem Bósnia foram rebatizadas.

No centro histórico, onde a maioria é de bósnios e croatas, há um projeto de construção de uma estátua em memória do arquiduque. Na mesma região, existe um albergue chamado Franz Ferdinand. “Os proprietários queriam usar o nome famoso para atrair turistas de outros países”, explica Sedad Cholak, funcionário do hostel. “Eu diria que aqui é 50%-50%. Muitos pensam que ele foi uma boa pessoa e muitos pensam que Gavrilo Princip era uma boa pessoa, porque ele o matou. Eu não sei... Ele era um líder, a Bósnia fazia parte da Áustria-Hungria. Eu creio que ele era um bom homem.”

Em um país no qual cada parede traz [as marcas da mais recente guerra fratricida](#) e onde todos os espíritos ainda estão impregnados pelo horror do conflito dos anos 1990, essa “virada da memória” em favor do arquiduque descontenta e indigna a população sérvia da Bósnia, que vê nas iniciativas a glorificação do opressor. Por isso, há reações em curso em Istocno, periferia de Sarajevo Leste, em Visegrad, na fronteira com a Sérvia, e em Belgrado, na Sérvia, onde monumentos à memória de Princip estão em fase de projeto, já em construção ou inaugurados. “O ponto de início foi a retirada do monumento a Gavrilo Princip da praça na qual ele estava em Sarajevo, o que quer dizer que não há intenção de se fazer uma boa representação sobre o início da 1.ª Guerra Mundial”, argumenta Ljubisa Cosic, prefeito de Sarajevo Leste.

Quem também não gosta de todas as homenagens a Francisco Ferdinando é Gavrilo Princip. Não se trata, claro, do herói/terrorista, mas de seu sobrinho-neto, que o **Estado** localizou em Sarajevo Leste. [Empresário do ramo hoteleiro](#) e proprietário de um posto de combustíveis, Bato, ou Caçula, como é chamado pelos íntimos, vive com discrição e não gosta de falar com jornalistas. Até pouco tempo atrás, portava com orgulho o nome do tio-avô, fuzilado em 1941 a mando do líder nazi-fascista Ante Pavelic, o “Führer croata”. Também participava com a família, a cada dia 28 de julho, de uma reunião em uma igreja ortodoxa do centro de Sarajevo, de onde partiam para visitar o túmulo de seu antepassado ilustre, que a escola iugoslava lhe ensinou ser um herói.

Hoje, aos 62 anos, entretanto, Bato começa a se esconder, e não apenas de jornalistas – o empresário não quis gravar entrevista para a reportagem. Gavrilo Princip, o

sobrinho-neto, lembra que a casa e o vilarejo onde seu antepassado nasceu foram destruídos várias vezes ao longo do século e o risco existe. Mas, sobretudo, foge da dimensão internacional que a polêmica sobre Gavrilo Princip, o herói/terrorista, ganhou nos Bálcãs 100 anos depois do assassinato de Francisco Ferdinando.

1914: Quando horror se alastrou

Na cabeça de líderes políticos e diplomatas, a 1.^a Guerra Mundial seria um conflito sangrento, mas rápido. Cem anos depois, fortes, bunkers, crateras, armamentos, campos de batalha, cemitérios, ossários e monumentos comprovam: foi uma guerra total.

Em um extrato de uma mensagem escrita às vésperas da eclosão da 1.^a Guerra Mundial, o imperador da Rússia, Nicolau II, rogou a seu primo e amigo, o imperador da Alemanha, Guilherme II:

Uma guerra vergonhosa foi declarada contra uma nação fraca; eu compartilho inteiramente a imensa indignação na Rússia. Muito em breve não poderei mais resistir à pressão e serei forçado a tomar medidas que conduzirão à guerra. Para prevenir a infelicidade de uma guerra europeia, eu te peço, em nome de nossa velha amizade, que faça todo o possível para impedir que teu aliado vá longe demais”.

À correspondência, o kaiser responderia horas depois: “Não posso considerar a marcha à frente da Áustria-Hungria como uma ‘guerra vergonhosa’. (...) A declaração do gabinete austríaco me fortifica na opinião de que a Áustria-Hungria não visa a nenhuma aquisição territorial em detrimento da Sérvia. Creio logo que é possível à Rússia perseverar, frente à guerra austro-sérvia, em seu papel de espectadora, sem empurrar a Europa à guerra mais horrível que ela jamais viveu”.

Membros da mesma família – ambos eram também primos do monarca britânico George V –, além de velhos companheiros prestes a se tornarem inimigos, [Nicolau II](#) e Guilherme II compartilhavam em junho de 1914 erros e acertos quanto à interpretação do conflito iminente. Líderes de potências econômicas e políticas concorrentes, ambos sabiam que na realidade não se trataria só de um desentendimento “austro-sérvio” e o início dos combates entre seus dois impérios também era uma questão de horas. Documentos diplomáticos e de arquivos governamentais mostram que ambos projetavam embates sangüinários, mas não acreditavam que um conflito longo estava por começar nem que os campos de batalha se espalhariam pelo mundo.

Entretanto, em um intervalo de apenas 99 dias a partir de 28 de julho, quando a Áustria-Hungria abriu as hostilidades contra a Sérvia, no marco da 1.^a Guerra Mundial, meio mundo seria tragado por uma sucessão de 19 declarações oficiais de guerra envolvendo dez países. Após a atitude de Viena, o caos político se espalharia: a Alemanha declararia guerra contra a Rússia em 1.^o de agosto e à França dois dias depois; o Reino Unido se lançaria contra a Alemanha em 4 de agosto e contra a Áustria-Hungria nove dias mais tarde; entre as duas datas, a Áustria-Hungria declararia a Rússia inimiga em 5 de agosto. Em 23 de agosto, o Japão se uniria à Entente opondo-se à Alemanha, colocando a Ásia no mapa da guerra. Enfim, em 5 de

novembro de 1914, França e Reino Unido declarariam guerra aos otomanos, empurrando a fronteira do conflito ao Oriente Médio.

Como a escalada da crise diplomática de 1914, a zona de guerra se alastraria pelo continente como fogo em uma carreira de pólvora até 1917, com a entrada de Estados Unidos e latino-americanos, inclusive o Brasil.

Tratava-se, então, de uma “guerra total”, industrial e globalizada. “É uma guerra que vai perdurar e vai se industrializar, em que todos os progressos técnicos, todos os recursos dos Estados-Nação potentes serão mobilizados”, diz [Joseph Zimet](#), historiador e diretor-geral da Missão do Centenário. “É uma guerra de sociedade, toda mobilizada a seu serviço. As fábricas, as mulheres, toda a economia vai alimentar o conflito. A guerra não se ganha só nas trincheiras, ou por combates de artilharia, mas pela mobilização econômica, social e mental na retaguarda.”

Nesse conflito global, frentes de batalha se espalharam pela Europa, mas também pelos Bálcãs, pela África, por Oriente Médio, Ásia, Oceania e Atlântico Norte. Seriam ao todo 19 grandes fronts e dez batalhas em mares e oceanos até o fim da guerra. No segundo maior foco de tensão, no Leste Europeu, ofensivas como a de Tannenberg, em agosto de 1914, não apenas contêm o ímpeto do Império Russo e desestabilizam ainda mais o czarismo, como dão à Alemanha um símbolo de triunfo, sob o comando dos generais Paul von Hindenburg e Erich Ludendorff. A caminho da derrota e da revolução bolchevique, russos comemoram vitórias como a do cerco de Przemysl, que deixou 115 mil pessoas mortas ou feridas entre 24 de setembro de 1914 e 22 de março de 1915.

Entre tantos embates, porém, nenhum foi mais mortífero do que a frente ocidental, em que soldados de França, Bélgica e Reino Unido, e mais tarde de Estados Unidos, Canadá e Austrália, entre outros, defenderam Paris de uma invasão. A devastação material e humana explica por que as linhas de front se transformaram em museus a céu aberto da guerra 1914-1918. Fortes, bunkers, crateras, campos de batalha, armamentos, cemitérios, ossários, monumentos aos mortos e até florestas são cicatrizes do conflito muito visíveis ainda hoje na França e na Bélgica.

Nesse front, ocorreu a Batalha de Marne, em 1914, decisiva para assegurar o fracasso da estratégia inicial de ataque alemã, o Plano Schlieffen, e a vitória dos aliados no final do conflito. Nela, 2 milhões de homens, entre franceses, britânicos e alemães, estiveram em trincheiras e ofensivas em Ourcq, Deux Morins, Marais de Saint-Gond, Vitry e Revigny, comandados por generais que se tornariam heróis nacionais da França, a exemplo de [Joseph Joffre](#), Joseph Gallieni e Ferdinand Foch. Em sete dias de combates entre 5 e 12 de setembro de 1914, mais de 100 mil franceses, 7 mil britânicos e 80 mil alemães morreram ou desapareceram e 250 mil outros soldados ficaram feridos.

No mesmo front ocidental, sucederam-se as Batalhas de Verdun e Somme, em 1916, que deixaram 306 mil e 442 mil mortos ou desaparecidos, respectivamente, além das de Chemin des Dames, em 1917, com mais 100 mil mortos, e a 2.^a Batalha de Marne, em 1918, que matou 280 mil soldados.

A alta mortalidade se dava por uma conjunção de fatores, entre os quais a chamada “guerra de posições”. Essa estratégia, que duraria os quatro anos no front ocidental, explica Michael Bourlet, doutor em História, escritor e pesquisador das escolas militares de Saint-Cyr Coëtquidan, na França, era a forma encontrada pelos países invadidos de frear o avanço dos inimigos, custasse o que custasse. “Em 1914, os estados-maiores fundamentavam suas estratégias em uma guerra de movimento, rápida, que chegaria ao término de uma grande batalha decisiva”, conta Bourlet. “Ambos os lados se dão conta, ao final da Batalha de Marne, em setembro de 1914, que a guerra será muito mais longa. E então os lados se deparam com uma guerra de posições.”

A estratégia visa levar o inimigo à exaustão e à derrota, mas o resultado é a paralisia do conflito. A alternativa, então, foi intensificar a partir de 1915 o desenvolvimento de novas tecnologias bélicas para infligir baixas em massa aos inimigos e tentar sair do impasse. Os bombardeios foram intensificados e todos os meios industriais passaram a ser empregados para matar. Assim nasceram a guerra química, o uso de tanques e os bombardeios aéreos.

Essas novas tecnologias obrigaram generais e comandantes a testar métodos em pleno conflito, enviando centenas de soldados para missões impossíveis e letais, como a conquista de trincheiras bem guarnecidas e bem armadas ou de morros e colinas, pontos privilegiados para a visibilidade da artilharia. No exército britânico, um jargão se criou entre as tropas para descrever a situação: “Leões comandados por asnos”.

Essas batalhas, que figuram no rol das mais violentas da história da humanidade, tinham em comum um elemento de base: o sofrimento humano descomunal. Um dos diagnósticos mais frequentes entre soldados era a sensação de perda da condição humana. Em 10 de julho de 1916, um ano e meio antes de sua morte no campo de batalha, o sargento francês Marc Boasson escreveu:

“Eu mudei terrivelmente. Não queria lhe contar nada da horrível fadiga que a guerra engendrou em mim, mas você me força. Eu me sinto esmagado, diminuído, (...) estou pobre e nu por causa das emoções desmesuradas, das experiências desproporcionais à resistência humana. Algo está dando errado, uma perda generalizada. Eu sou um homem esmagado”.

À sua noiva, o soldado Henri Fauconnier diria em carta datada de 17 fevereiro de 1917: “É assustador depender tanto do meio em que estamos. Mady, não é com um ser humano que você se casará”, advertiu. “Às vezes eu sou um monstro, às vezes uma planta, às vezes um mineral. Nunca um ser humano.”

Nas trincheiras, morte, miséria e memória

Em uma guerra marcada pela multiplicação do poderio de fogo e pelas perdas em massa, fossas insalubres colocaram inimigos frente a frente durante quatro anos, simbolizando o horror do conflito. Hoje, elas dão voz à tragédia.

A 2.^a ofensiva de Champagne programada pelo general francês Joseph Joffre para obrigar o exército alemão a recuar na região de Marne estava em seus últimos

preparativos quando o subtenente [Arthur Charles Leguay](#), de 37 anos, recrutado em Le Mans e matriculado sob o número 1.657 no 2.º Batalhão de Caçadores a Pé, desembarcou na estação de trem de Vitry-le-François em 15 de setembro de 1915. Onze dias depois, de sua trincheira, sob a luz de velas, ele escreveu à sua mulher, Madeleine: “Parece que seremos encarregados de perseguir o exército alemão e que receberemos ordem de não parar até a margem do Reno. Quer dizer que queremos o sucesso completo”, disse o poilu (membro da infantaria francesa), completando em tom otimista: “No momento em que escrevo, as baterias de artilharia pesada bombardeiam o terreno para deslocar as tropas inimigas. Todos estão sorridentes”.

O ataque ao qual Leguay se referia teve início às 4h45 de 30 de setembro de 1915. Seu objetivo era tomar o vilarejo de Ripont e posições alemãs próximas às colinas de Main de Massiges, em Champagne. Ao seu término, o balanço da operação do lado francês indicava 797 baixas, 159 mortos – incluindo 17 oficiais – e 683 feridos. Além deles, havia 182 desaparecidos, entre os quais o subtenente. A Madeleine, um de seus colegas de tropa escreveu: “Não posso dizer que ele esteja morto, mas o viram cair ferido”. Como cerca de 700 mil combatentes jamais foram encontrados na 1.ª Guerra Mundial, Leguay poderia ter sido condenado a jamais ser localizado. Em meio ao conflito, corpos desapareciam por completo, desintegrados por granadas de obus ou soterrados por explosões nos arredores. Mas sua sina foi diferente. Sua ossada acabaria encontrada por acidente em 16 de maio de 2012, 97 anos mais tarde, junto à sua trincheira, onde também estavam sua placa de identificação, os estilhaços de obuses que o mataram e seu capacete, perfurado.

Seus restos mortais e pertences testemunham o horror da guerra nas trincheiras e nas “no man’s lands” (“terras de ninguém” entre as posições inimigas) da Europa, onde 56% dos soldados acabavam mortos ou feridos, além de tantos outros doentes físicos ou mentais em razão das condições do conflito.

Enterrar os cadáveres na 1.ª Guerra Mundial não raro não era possível em um conflito marcado por trincheiras inimigas separadas em geral por 100 ou 200 metros, mas que poderiam estar frente a frente, distantes 20 metros, como ocorreu em Vimy, na França. “Às vezes, entre uma trincheira alemã e uma francesa, era possível ouvir as vozes, ouvir o ruído dos talheres durante as refeições, ouvir o soldado inimigo limpar sua arma. Havia toda uma vida que acontecia nas trincheiras”, conta [Alexis Guilbert](#), militar de elite francês e estudioso da 1.ª Guerra Mundial. Essa vida, que também podia se passar nos quilômetros de [galerias subterrâneas da região](#) de Aisnes utilizadas pelos soldados, resumia-se a esperar o momento fatal do ataque. “Os assaltos eram extremamente letais. Quando uma seção completa saía da trincheira, alemães e franceses alinhavam suas metralhadoras e logo não havia mais nada. Regimentos inteiros desapareciam por nada.”

Dessa forma, um em cada dez combatentes morreu na 1.ª Guerra Mundial, grande parte das vezes abandonado em condições degradantes, sem oferecer às famílias condições para um sepultamento digno. No campo de batalha, não raro a única opção era cavar covas rasas e provisórias ou abandonar os cadáveres à espera de um bombardeio que também desse fim aos agonizantes, com frequência deixados à própria sorte entre as trincheiras inimigas. Não bastasse a expectativa sombria de cada soldado, os excrementos, ratos, infestações de insetos, barro, umidade, chuva e frio glacial se uniam ao pesadelo, provocando epidemias como disenteria, cólera ou tifo,

doenças de pele, gangrenas nos pés e infecções das mais variadas, em uma época na qual a medicina ainda não contava com antibióticos. Ao martírio físico, somava-se uma tortura psicológica: o risco que cada militar corria de se tornar um “gueule cassé”, ou “cara quebrada” – o deformado. Para diagnosticar esse terror, os médicos da Grande Guerra chegaram a criar um diagnóstico: a “obusite”, hoje reconhecida como uma manifestação de estresse pós-traumático.

Assim eram a vida e a morte nas trincheiras e em campos de batalha de regiões como a belga Ypres ou as francesas Somme e Verdun, segundo os testemunhos dos próprios soldados, deixados em milhões de cartas trocadas entre os fronts de guerra e as famílias dos envolvidos. “Nem nos surpreendemos mais com as condições de vida artificiais, quase injustificáveis, que não se assemelham a nada de nossa vida e de nossos pensamentos de outrora”, escreveu em 1918 o tenente André Pézard, mais tarde autor de *Nous Autres à Vauquois*, obra na qual descreve a ofensiva que devastou a cidade de [Vauquois](#), na França. Sob quatro horas de bombardeios, ele anotou: “Em meio a uma desordem incurável, esperamos impotentes, sem imaginar nada, sem esperança de nada, o fim de algo que nos pediram para suportar. Nós existimos, apenas isso. Não somos humanos”.

Além de cartas, imagens e fotografias – os primeiros registros modernos de um conflito armado de grande amplitude – descrevem a inutilidade dos assaltos contra as trincheiras inimigas e o absurdo de bombardeios, que chegavam a matar 90% dos homens.

Durante décadas, em todos os fronts da Europa, esforços materiais foram empreendidos para apagar os vestígios dessas trincheiras, verdadeiras cicatrizes do conflito. Hoje, entretanto, um movimento inverso está em curso. Em diferentes pontos do continente, galerias utilizadas por aliados ou pelos impérios centrais são preservadas ou mesmo reabertas, em uma forma de recriar a memória do conflito. Trincheiras intactas ou reconstituídas podem ser encontradas em antigos campos de batalha emblemáticos, como as trincheiras de Yorkshire, na Bélgica, ou de Chemin des Dames e Verdun, na França. Entre as duas frentes francesas, por exemplo, situa-se Massiges, um grupo de colinas que formava a fortaleza natural no vale do Rio Aisne. Essa região, estratégica para a artilharia de ambos os lados, dava ao exército que a dominasse uma visão panorâmica sobre cerca de 30 quilômetros de campos de batalha em diferentes direções. Perdê-la significaria para os franceses a provável conquista de Paris pelos alemães. Para defendê-la ou conquistá-la, 4 mil homens morreram por dia só entre agosto e setembro de 1914, no início do conflito. Sepultados em fossas coletivas ou em túmulos isolados, grande parte dos soldados, como Leguay, jamais foi identificada. Antes abandonada, a área da colina foi adquirida por cinco moradores do vilarejo de 50 habitantes, que reconstituíram as galerias de Massiges, transformando-as em um dos mais bem conservados sítios da guerra do país.

O resultado do trabalho é que dezenas de soldados desconhecidos, franceses e alemães, vêm sendo encontrados. Entre eles está o poilu Albert Dadure, morto em 7 de fevereiro de 1915, aos 21 anos, e localizado 97 anos depois, graças ao trabalho do arqueólogo Yves Desfossés e do antropólogo Michel Signoli, do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França. “Fazer esse trabalho me fez entender que não podemos compreender essa guerra com os nossos conceitos de hoje em dia. Eram sistemas de pensamento diferentes”, entende Pierre Labate, ex-militar do programa de

armas nucleares da França e hoje prefeito de Massiges e um dos proprietários da área da colina. “Quando vemos a amplitude do sacrifício... Isso seria inadmissível hoje.”

Para Jean-Pierre Mainsant, outro dos cinco proprietários da área, a reconstituição das trincheiras é uma homenagem às famílias do vilarejo, que ainda hoje vivem “mergulhadas na guerra”, mas também aos parentes de vítimas, identificadas ou não, que caíram nas colinas de Massiges, longe de suas casas. “Nós sempre fomos banhados na guerra de 1914. Nasci aqui, nascemos aqui. Sempre convivemos com famílias que vinham em peregrinação”, recorda-se. Além de um estímulo à memória, diz Mainsant, desenterrar o campo de batalha é uma forma de quebrar o silêncio que perdurou por décadas na vida dos sobreviventes do conflito, a exemplo de seu avô, ao lado de quem trabalhou por 50 anos como agricultor sem jamais ouvir uma palavra sobre as batalhas. “Os que viveram à guerra de 1914”, diz ele, “não falavam do assunto porque tinham vivido coisas tão inacreditáveis que não ousavam contar porque sabiam que não acreditaríamos.”

Nas Cidades-Mártires, um conflito sem fim

Todos os dias, às 20h, não importa o que aconteça, soldados do corpo de bombeiros de Ypres, na Bélgica, fecham a Avenida Frenchlann no trecho sob o Memorial de Mennenpoort, a Porte de Menin. Então os sinos soam: trata-se do “[Last Post](#)”, momento no qual os 35 mil habitantes da cidade, queiram ou não, recordam-se dos 54.896 soldados da Grã-Bretanha e de outros países da comunidade de nações britânicas mortos em batalha. Seus nomes estão gravados ali, assim como uma homenagem aos 34.984 outros cujas identidades jamais foram conhecidas.

Eles representam as centenas de milhares de combatentes que tombaram nos campos da região de Flandres na tentativa de conter o avanço das tropas da Alemanha no front oeste e a ameaça de ocupação da França na 1.ª Guerra Mundial. A cerimônia é repetida desde 2 de julho de 1928 e só foi interrompida pelo domínio da Alemanha nazista durante a 2.ª Guerra Mundial, voltando a ser realizada na noite da liberação da cidade por tropas da Polônia.

A atmosfera à noite pode ser pesada na cidade, mas essa foi a homenagem decidida por seus moradores no momento em que seus sobreviventes optaram por reconstruí-la das cinzas. Como Reims e Verdun, na França, e Przemyśl, na Polônia, Ypres é uma das centenas de cidades-mártires da 1.ª Guerra Mundial na Europa. Ao longo do conflito, pequenos e grandes centros urbanos europeus foram riscados do mapa, mas não da memória. Alguns foram reconstruídos e hoje são prova da tenacidade de seus povos em apagar os traços da guerra.

Esse é o caso de Ypres. Quando projetou o monumento, o arquiteto britânico Reginald Blomfield escolheu uma das portas pelas quais os soldados que defendiam a cidade partiam para o front de Menin, onde enfrentavam as tropas alemãs. Como as demais portas, o local foi muito castigado pelos bombardeios inimigos. Mas toda a cidade sofreu: em apenas três semanas na 2.ª Batalha de Ypres, em 1917, mais de 4 milhões de obuses foram lançados na região – o suficiente para arrasar as paisagens urbana e rural de Flandres.

“Britânicos como Winston Churchill, por exemplo, queriam que as ruínas fossem mantidas como estavam, como um memorial para a história da 1.^a Guerra Mundial. Mas as pessoas que viviam aqui queriam retomar suas vidas. Então houve uma grande decisão a ser tomada”, explica o historiador Pieter Trogh, pesquisador do Museu de Flanders Fields, de Ypres. “Decidiram reconstruir da mesma exata forma que a cidade tinha antes da guerra. O que você vê hoje é de alguma forma um símbolo maior de ressurreição. Duas guerras mundiais afetaram a região, mas eles quiseram dizer: você pode destruir nossa cidade, ou você quis destruí-la, mas isso não será o fim. Nós vamos retomar nossas vidas e transformá-las em um símbolo contra a guerra.”

Em Ypres, a decisão da primeira geração de habitantes pós-conflito foi de esquecê-lo, ou ao menos superá-lo, como em Reims, na França. Hoje, a capital da região da Champagne tem 180 mil habitantes e uma vida acadêmica, cultural e econômica pujante. Mas não foi sempre assim no século 20. Dominar a cidade fora um dos objetivos do exército alemão na busca da conquista de Paris. Foram 1.051 dias de bombardeios sem que as tropas inimigas tenham colocado os pés no perímetro urbano, como acontecera em Lille. O custo patrimonial da defesa de Reims, entretanto, foi colossal. O símbolo da destruição, na memória dos habitantes, é a catedral da cidade, onde antigamente eram coroados os reis da França. Hoje, a própria igreja é símbolo da reconstrução de uma cidade pulsante.

“Quando a Grande Guerra acabou, em novembro de 1918, das 14 mil casas da Reims pré-guerra, não havia mais de 60 habitáveis. A catedral estava gravemente deteriorada”, lembrou em conferência o historiador Jean-Jacques Becker, presidente e decano do Centro de Pesquisa Histórica da Grande Guerra, de Perrone, na França. “Reims foi um caso singular. Foi a única cidade da França com mais de 100 mil habitantes – 113 mil no último censo antes da guerra – destruída dessa forma pela guerra.”

Já em Verdun, outra das cidades-mártires da Europa, epicentro da guerra entre 21 de fevereiro e 9 de dezembro de 1916, a reconstrução não foi a prioridade, mas sim a memória. Nos campos de batalha da região, nada menos do que 714.231 pessoas morreram – dos quais 362 mil franceses e 337 mil alemães –, em um saldo trágico de 70 mil mortos por mês de combate. Pela região, passaram nada menos do que 70% dos poilus, os soldados da França, o que tornou a batalha um verdadeiro emblema da resistência ao inimigo. Além disso, fez com que todo o país tivesse a noção precisa da tragédia em curso nos vilarejos da região, varridos do mapa pela força destruidora da artilharia.

Foram os casos de Douaumont e Louvemont, vilarejos rurais situados no que ficou conhecido como os campos de batalha de Verdun. Para lembrar suas vítimas, o governo da França considera-os desde outubro de 1919 como existentes, mas com zero habitante. São os vilarejos-fantasmas da guerra, ou as “cidades mortas pela França”.

Situado nas imediações do Forte de Douaumont, ponto estratégico pelo qual dezenas de milhares de soldados perderam a vida, Douaumont, próximo da fronteira com a Alemanha, hoje é um campo verde com uma sucessão infinita de crateras abertas pela chuva de obuses. Sobre a vegetação, restam ruínas de construções e pequenos marcos que indicam onde existiam casas e viviam seus moradores, pessoas simples como

Jean-Baptiste Dupuis, Onésime Paquin ou Jules Hildebrand, pedreiros, ou Jean-Nicolas Dabit, fabricante de sabão.

A poucos quilômetros de distância, Louvement tem ainda mais restos de sua vida de 100 anos atrás. Entre o mar de crateras, há trechos de paredes inteiras desabadas durante as explosões, cacos de telhas, resquícios de fundações e encanamentos abertos. Sobre os entulhos, a natureza se reconstituiu, cobrindo o cimento e a pedra com limo. No lugar de todos esses vilarejos-fantasmas, balançam hoje árvores de 20, 25 metros de altura. Elas foram plantadas pelo Escritório Nacional de Florestas (ONF) em 13,4 mil hectares de terras onde um dia viveram 6.953 proprietários e suas famílias, evacuadas durante a passagem do furacão de chumbo da Grande Guerra.

Embora sejam mais frequentes nos campos de Verdun, vilarejos-fantasmas se espalham por grande parte do Norte e Nordeste da França. Suas existências estão indicadas por placas ou pequenos monumentos, como o obelisco que indica “[Aqui existiu Ailles](#)”, única reminiscência do vilarejo desaparecido entre 1914 e 1918. Charles Saint Vanne é prefeito de uma dessas vilas extintas, a de Ornes. “Nosso vilarejo foi inteiramente destruído durante a guerra, em 1916, no mês de fevereiro”, conta. “Os habitantes foram evacuados, obedecendo à ordem de abandonar o local. Quatro casas foram reconstruídas após a guerra, mas o que resta em geral são as ruínas.”

Outros poucos vilarejos tiveram a chance de reviver. É o caso de Vauquois, em Verdun, destruído por se localizar em um morro, excelente ponto de observação militar na época, ou ainda de Craonne, no Chemin des Dames ([Ouça a Chanson de Craonne](#)), dizimada por ter tido o azar de existir em frente ao Planalto de Califórnia, justo entre as trincheiras alemãs e francesas. Ambas voltaram à vida, reconstruídas a algumas dezenas de metros das vilas originais, mas vivem sob a perpétua memória da devastação provocada pela guerra. “Nos espíritos das pessoas daqui”, explica Virginie Keiser, diretora da Cidadela de Verdun, “de alguma forma a guerra ainda está acontecendo”.

No front de Ypres, o mundo conhece a guerra química

O front das tropas francesas da 45.^a e da 87.^a divisões em Langemark-Poelkapelle, na Bélgica, vivia um intervalo sem combates por volta das [17 horas de 22 de abril de 1915](#). A tarde de sol primaveril e temperaturas acima do normal da véspera havia dado lugar à de um céu cinzento, cortado por um avião da força aérea francesa que fazia o trabalho mais importante: castigar com bombardeios as posições da Alemanha na região. A grande questão do dia não era sobreviver, mas reorganizar as trincheiras, caóticas, e prepará-las para a continuidade dos combates na “[saliência de Ypres](#)” – o ponto mais feroz da ofensiva alemã em território belga.

A calma só foi quebrada por uma brisa que soprava de leste e por uma fumaça estranha, esverdeada, opaca e espessa proveniente das trincheiras alemãs, que ia do solo a 10 metros de altura e se dirigia às posições francesas. “A nuvem avançava em nossa direção, empurrada pelo vento. Começamos a nos retirar, perseguidos pela fumaça”, relatou em seus registros militares o tenente Jules-Henri Guntzberger. Nesse

momento de pânico crescente, Guntzberger viu seus homens caírem um a um. Alguns se levantavam, retomavam a marcha de recuo e caíam de novo, cada vez mais desesperados para chegar à segunda linha de trincheiras. “Uma vez lá, os soldados desabavam e não paravam de tossir e vomitar.”

O desespero e a incompreensão tomaram conta das hostes francesas. Às 17h20, na sede de comando de Elverdinghe, o coronel Henri Mordacq recebeu um telefonema do front. O relato era assustador: uma nuvem tóxica estava sufocando soldados e oficiais, que partiam em retirada, abandonando o front. Correndo em direção à posição atingida, Mordacq cruzou com combatentes que se diziam envenenados. “Por todo lado, havia pessoas fugindo, correndo como loucas, sem direção, gritando por água, cuspiendo sangue, alguns atirando-se ao chão e fazendo esforços desesperados para respirar”, descreveu o coronel, em seus registros. Estima-se que 5 mil soldados franceses morreram sem que nenhum disparo de arma de fogo tivesse sido feito, a maior parte asfixiados e afogados nas secreções dos próprios brônquios. Outros 15 mil foram intoxicados, com diferentes graus de sequelas, envenenados e sofrendo hemorragias internas e externas e destruição dos tecidos pulmonares. Eles haviam sido as vítimas do primeiro ataque de grande amplitude de uma nova tecnologia criada para a 1.ª Guerra Mundial: as armas químicas.

Indignados com o ataque, França e Grã-Bretanha denunciaram a covardia da guerra empreendida pelas forças armadas da Alemanha, que violava as convenções de Haia de 1899 e 1907 proibindo o uso de gases asfixiantes ou tóxicos em artefatos bélicos. Berlim argumentou que a França fora o primeiro país a usar armas químicas – granadas de lacrimogêneo, empregadas desde agosto de 1914 – e justificou a decisão de continuar a utilizá-las alegando que os textos da convenção se referiam a armas e explosivos, mas não a contêineres com gases, como os usados em Ypres. O resultado foi o pior possível: os diferentes lados em conflito imaginaram poder derrotar assim o inimigo entrincheirado, tirando a guerra que já se estendia por nove meses do impasse.

A partir de então, os exércitos em luta se lançaram a uma corrida às armas de destruição em massa, com o objetivo de aumentar o poder devastador dos gases – o que o químico francês [Victor Grignard](#), prêmio Nobel de Química de 1912, conseguiu ainda em 1915, com a introdução do fosgênio, mais letal, incolor e mais difícil de detectar. Um total de 36,6 mil toneladas do produto foi empregado na guerra, a metade por alemães.

Aos poucos, o arsenal químico se banalizou. Desprotegidos contra os gases, 56 mil russos morreram em ataques alemães no front leste do conflito. Mas as tropas da Entente (aliança militar entre França, Rússia e Inglaterra) também não se furtaram a usá-las, em especial as francesas, mas também americanos e britânicos, que em setembro do mesmo ano foram vítimas de seu próprio estoque de cloro na batalha de Loos.

Com a consciência do risco, tentou-se proteger os soldados. Uma das estratégias iniciais era urinar sobre lenços, usados sobre as vias respiratórias, enquanto na retaguarda iniciava-se a confecção das [primeiras máscaras antigás](#), rudimentares. O resultado está registrado em algumas das mais assustadoras imagens da Grande

Guerra: a de combatentes cobertos com máscaras de pano, cujas formas terríficas se tornaram um dos símbolos da loucura destrutiva na Europa no início do século 20.

Meses depois do ataque de Ypres, no final de 1915, os exércitos de Alemanha, França e Reino Unido distribuíram máscaras mais eficazes a seus combatentes: [a Gummimaske, a M2 e a Large box respirator](#) representaram um avanço importante na proteção dos soldados. Graças a elas, o impacto das mortes causadas pelas armas químicas foi marginal em meio ao cataclismo da 1.^a Guerra Mundial. Dados do estado-maior do Reino Unido indicam que, após a tomada de medidas de redução do impacto do gás, apenas 3% dos soldados atingidos morriam, outros 2% se tornavam inválidos e a maioria, em torno de 70%, tinha condições de retornar aos combates em até seis semanas.

Mas o impacto psicológico das armas de destruição em massa foi destruidor entre militares e também entre civis. Anos depois do fim da guerra, pais de família que haviam sobrevivido aos conflitos padeciam de sequelas, que encurtavam suas vidas, às vezes por casos severos de asma, em outros por incidência de câncer de esôfago.

Ainda hoje a lembrança desses soldados mortos, imortalizados no quadro *Gassed*, do pintor americano John Singer Sargent, em 1918, é reverenciada por seus familiares, como uma forma de tributo por seu sacrifício. “Meu bisavô morreu quatro anos depois de ter sido intoxicado pelo gás”, conta Charles Saint Vanne, prefeito de Ornes, uma das cidades que desapareceram após o conflito, mas que seguem existindo em termos legais. “Os alemães haviam utilizado gás em um dos combates e ele foi uma vítima tardia, sofrendo de sequelas anos após a guerra. Zelar pela memória do conflito e de pessoas como ele é um dever de memória que tenho em relação aos meus ancestrais.”

Terras agrícolas também foram inutilizadas por substâncias usadas na guerra química. Em Verdun, na França, em meio [à floresta plantada sobre os campos de batalha](#), há zonas de acesso proibido em que a vegetação não cresce, porque o solo ainda está contaminado. O local foi apelidado pela guarda florestal de “Praça do Gás”. Ali, após o armistício, 200 mil granadas de obus não detonadas no conflito foram inutilizadas. Em 2004, um estudo da Universidade Johannes-Gutenberg, de Mainz, da Alemanha, e do Escritório Nacional de Florestas, da França, indicou a presença intensiva de metais pesados como cobre, chumbo e zinco, que se somam a arsênico e perclorato de amônia, dois componentes dos sistemas de detonação das granadas. A concentração varia de mil a 10 mil vezes a do meio ambiente e só três vegetais resistentes conseguem sobreviver – o que explica a ausência de árvores no entorno, fechado ao público desde 2012.

Segundo organizações ambientalistas europeias, a Praça do Gás da França é apenas um dos múltiplos sítios de terras e lençóis freáticos contaminados por armas químicas na Europa. Há dois anos, populações de 500 cidades e vilarejos do norte da França foram advertidas a não consumir água em razão da elevada presença de perclorato de amônia. Os locais correspondiam a fronts da 1.^a Guerra Mundial.

Consciente do problema, desde o final da guerra, em 1918, o governo francês proibiu o cultivo em regiões que foram contaminadas, criando as “zonas vermelhas”. Nelas, estão os trechos com maior probabilidade de presença de granadas que jamais

explodiram na guerra – cerca de 15% do total – e ainda não foram encontradas. Desse universo, 2% correspondem a armas químicas que continuam expostas à natureza, em especial gás mostarda, fosgênio e difosgênio. Um campo militar na cidade de Suippes, em Marne, na França, serve de depósito para 200 toneladas de granadas que ainda precisam ser destruídas, em uma usina que entrará em operação em 2016.

Graças à mobilização internacional, em 1925 foi assinado o Protocolo de Genebra, proibindo a utilização de gás em artefatos bélicos, assim como a produção e a estocagem de armas químicas – ameaça que no entanto ainda não acabou.

Ypres, cidade devastada pelos combates, tornou-se um dos pontos de memória mais importantes sobre o horror da destruição em massa. Prova disso foram as cerimônias realizadas na cidade em 26 de junho pelos 28 chefes de Estado e de governo da União Europeia, reunidos em cúpula na cidade. “A principal mensagem que fica dessa guerra”, diz o historiador Dominiek Dendooven, pesquisador do Flanders Fields Museum, o maior da cidade, “é a importância das decisões tomadas pelos dirigentes europeus em 1914, o sentido de responsabilidade política que deveria ter prevalecido e teria permitido evitar essa guerra”.

A guerra de versões continua

Qual país foi o principal responsável?

Explicar a 1.^a Guerra Mundial vem sendo uma tarefa hercúlea de historiadores ao longo de décadas. Mas esse esforço resultou em alguns consensos: o início do século 20 era um tempo de corrida armamentista e militarismo exacerbado, de nacionalismos, imperialismos, disputas territoriais e jogos perigosos de alianças e inimizades internacionais entre novas e velhas potências econômicas e industriais. Guerras eram vistas não como tragédias a serem evitadas a todo custo, mas como um instrumento político legítimo de coerção a ser empregado sempre que necessário para reordenar o equilíbrio de poder no continente. Esse cenário geopolítico tenso aproximava algumas e opunha outras superpotências da época – França, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália, Grã-Bretanha e Rússia. Em uma era marcada pelo colonialismo, o jogo de forças não se limitava à Europa, mas se estendia às colônias e aos protetorados espalhados pela África, pelo Oriente Médio e pela Ásia. Daí à guerra mundial bastou uma fagulha.

Nesse cenário, os movimentos nacionalistas da Sérvia exerceram de fato um papel desestabilizador, como admitiram as obras do jornalista Luige Albertini e de historiadores como Pierre Renouvin, Fritz Fischer, Annika Monbauer, John Röhl, Stefan Schimdt, Jean-Jacques Becker, Gerd Krumeich ou Jay Winter, especialistas em 1.^a Guerra Mundial. Desse movimento extremista, participavam grupos como Mão Negra – apoiador do Jovem Bósnia, ao qual Princip pertencia –, alguns dos quais com forte presença no interior do Estado sérvio. Para a historiadora bósnia Vera Katz, pesquisadora do Instituto de História da Universidade de Sarajevo, o atentado não passou de uma gota d’água. “As grandes potências, como Grã-Bretanha, Alemanha,

Rússia, França, estavam preparadas para a guerra. Havia tantas crises no mundo, como no Marrocos, no Japão e na Rússia, questões sobre o Império Otomano, conflitos entre Rússia e otomanos... Creio que foi apenas uma faísca para o começo.”

Prova de que a região dos Bálcãs – um cruzamento entre ortodoxos, católicos e muçulmanos e entre o Ocidente e o Oriente em plena Europa – era um barril de pólvora haviam sido a crise na Bósnia de 1908 e as guerras balcânicas entre Sérvia, Grécia, Montenegro e Bulgária contra o Império Otomano, em 1912, e entre a Bulgária e seus ex-aliados, em 1913. Ao final desses conflitos, escreve Clark, o equilíbrio geopolítico da região estava alterado, mas a Rússia desprezou as preocupações da Áustria-Hungria com a situação na península. “Para a Áustria-Hungria, as guerras dos Bálcãs modificam radicalmente a situação. Sobretudo revelam que Viena está isolada e as chancelarias estrangeiras não compreendem nada da interpretação que os austríacos fazem dos eventos.”

Segundo Clark, a aliança entre Rússia e França se aprofundou também em torno dos Bálcãs em 1912, pelas mãos do então chefe de governo francês Raymond Poincaré, que se solidarizou com o imperador russo Nicolau II ao afirmar que “toda conquista territorial efetuada pela Áustria-Hungria romperia o equilíbrio europeu e afetaria interesses vitais da França”. O aumento da sinergia militar entre russos e franceses ajuda a explicar por que em 37 dias a Europa partiu de um assassinato político de importância limitada – o de Francisco Ferdinando – a uma guerra generalizada que tomaria conta do continente.

O problema da obra de Clark, segundo seus críticos, é sobrevalorizar a importância da Sérvia e do atentado e minimizar a determinação da Alemanha para que a guerra acontecesse. Essa “determinação” se tornou uma convicção da maior parte dos especialistas no assunto em 1961, quando o historiador alemão Fritz Fischer lançou *Os Objetivos de Guerra da Alemanha Imperial 1914-1918*, livro em que diz haver uma filiação direta entre a guerra franco-prussiana em 1870, a 1.^a Guerra Mundial e a 2.^a Guerra Mundial, causada por uma elite industrial conservadora da Prússia com militares e meios políticos, todos com o intuito de afirmar a superpotência alemã contra seus adversários na Europa e empreender uma política imperialista agressiva na Europa do Leste, na África e no Oriente Médio.

O argumento das Teses de Fischer se baseou em documentos de Defesa e diplomacia da Alemanha que mostram a existência de planos de guerra, como o Plano Schlieffen, existente desde 1905, o Conselho de Guerra de 1912, quando se cogitou o início das hostilidades por medo do rearmamento da Rússia, ou ainda o Programa de Setembro, de 1914, no qual o governo do chanceler Theobald von Bethemann Hollweg fez projetos de anexação e de domínio de territórios da Europa e da África – a Mitteleuropa e a Mittelfrika –, atendendo às reivindicações dos diferentes grupos de interesse da sociedade alemã. “Fischer comete a meu ver um grave erro: ele estabelece essa espécie de fio que iria de Bismarck a Hitler, com Guilherme II no meio. Seria um fio lógico que levaria a Hitler. Ao afirmar isso, Fischer diz algo que eu considero completamente falso” diz o historiador [Frédéric Manfrin](#), diretor de História da Biblioteca Nacional da França (BnF) e comissário da exposição *Été 1914*, em cartaz em Paris. “Já Clark tem um gosto claro pela Prússia, sobre a qual ele fez seus estudos. Ele vai longe demais na tese da inocência alemã e o papel que dá à Sérvia é bem discutível.”

A opinião de Manfrin reverbera a de outro historiador, o alemão Gerd Krumeich, professor emérito da Universidade Henrich-Heine, de Düsseldorf, autor de um livro em que reflete sobre as responsabilidades da guerra, *Fogo na pólvora – Quem detonou a guerra de 1914?*. Krumeich relembra uma das teses do historiador francês Pierre Renouvin, de 1932, segundo o qual não há “responsabilidade unilateral” pela guerra, mas reafirmou, em recente entrevista ao jornal *Le Monde*: “Os dois campos encheram pouco a pouco o barril de pólvora durante os anos precedentes, mas é incontestável que foram os alemães que colocaram o fogo”.

Em meio à polêmica centenária, uma constatação de Clark parece bem aceita por todos: “Não há arma do crime nessa história, ou na verdade há uma para cada personagem principal”, escreve ele. “Visto por esse ângulo, a detonação da guerra não foi um crime, mas uma tragédia.”

A interpretação recente de Christopher Clark

Às 10h43 de 31 de julho de 1914, o embaixador da França em São Petersburgo, Maurice Paléologue, enviou um [telegrama ao Conselho de Ministros da França](#). Em um texto seco e sucinto, o diplomata informou que o imperador da Rússia, Nicolau II, havia ordenado a mobilização das tropas de seu país, em resposta à declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia, sua aliada, três dias antes. “A Rússia mobilizou suas tropas”, escreveu.

Por razões desconhecidas, a correspondência só chegaria ao Conselho de Ministros em Paris quase dez horas mais tarde, após outro despacho, dessa vez vindo de Viena, que informava sobre a mobilização das tropas da Áustria-Hungria contra a Rússia – uma reação ao primeiro ato hostil de São Petersburgo. Ao tomar conhecimento da iniciativa bélica dos austríacos, o governo francês não hesitou em afirmar em sua propaganda: a mobilização do exército da Áustria-Hungria comprovava a responsabilidade do país pelo início da guerra contra a Rússia e, por extensão, contra seus aliados do Ocidente.

A verdade, no entanto, era a inversa. A troca de telegramas, a ordem em que foram divulgados em Paris e o fato de que o texto foi falsificado a seguir – com o acréscimo da frase “A Rússia mobilizou suas tropas em decorrência de informações sobre as mobilizações austríaca e alemã” – são um dos tantos vestígios documentais do esforço de cada um dos países envolvidos em manipular a verdade e culpar o outro pelo início da 1.ª Guerra Mundial, mesmo antes de os combates eclodirem. Essa obsessão pela responsabilidade da guerra, decisiva nas negociações de paz e na redação do Tratado de Versalhes, em 1919, é ainda hoje uma veia aberta na Europa. Cem anos mais tarde, historiadores continuam a debater: afinal, de quem é a culpa pela tragédia?

A controvérsia no mundo acadêmico em torno do artigo 231 do Tratado de Versalhes, que responsabilizava a Alemanha, já alimentou mais de 25 mil livros e artigos, mas jamais foi de fato encerrada nesses 100 anos. Mais grave: por muito tempo, ela envenenou as relações internacionais, em especial na Europa. Em 2013, essa ferida aberta ganhou uma nova interpretação pela publicação do livro *Os Sonâmbulos – Verão 1914: Como a Europa marchou para a guerra (The Sleepwalkers)*, de autoria

do historiador australiano radicado na Grã-Bretanha Christopher Clark, professor da Universidade de Cambridge. Para o especialista em Prússia e Alemanha, a culpa do conflito foi, antes de mais nada, de “sonâmbulos” – uma metáfora para os líderes políticos e diplomatas incapazes de parar as engrenagens de uma guerra que se anunciava sanguinária desde o início do século.

A polêmica reaberta por Christopher Clark, entretanto, não está na responsabilização do mundo político, quase um consenso entre historiadores, mas no fato de que sua obra recoloca a Sérvia, a instabilidade dos Bálcãs e o atentado de Sarajevo de 28 de junho de 1914 no epicentro dos acontecimentos. Ao longo do século que passou, acadêmicos que se debruçaram sobre a questão viram no atentado em si, cometido pelo jovem nacionalista sérvio Gavrilo Princip contra o arquiduque Francisco Ferdinando, apenas um fraco pretexto na decisão da Áustria-Hungria de declarar a guerra e esmagar as ambições regionais da Sérvia.

Baseado em um trabalho de pesquisa em fontes primárias em arquivos de Paris, Londres, Viena, Berlim, Moscou, Belgrado e Haia, Clark chega à conclusão de que o fanatismo nacionalista sérvio, somado à ofensiva de potências europeias, como a Itália, contra territórios sob domínio do Império Otomano, tiveram papel crucial na eclosão do conflito. Por extensão, ao apontar o dedo sobre a Sérvia, o historiador lança luzes sobre o papel dos aliados desse país, Rússia e França à frente, minimizando a importância das ambições imperialistas da Áustria-Hungria e da Alemanha. “Clark reverte essa perspectiva e diz: 'A Sérvia organiza uma política de potência, sai vitoriosa das guerras balcânicas de 1912 e 1913 e tem um projeto político de reunificar todos os eslavos do sul, que existem entre os austro-húngaros'", explica o historiador francês Joseph Zimet, diretor da Missão do Centenário da 1.^a Guerra Mundial. “O grande problema é que a Bósnia-Herzegovina, povoada de 55% de sérvios, é anexada pela Áustria-Hungria. Christopher Clark afirma que foi a Sérvia que provocou a 1.^a Guerra Mundial.

Entrevista com Max Hastings, autor de *Catástrofe: 1914 - A Europa vai à guerra*).

Por que, passados 100 anos, ainda se fala tanto da 1.^a Guerra Mundial? O que fez dela algo tão importante?

No passado, em especial na Europa e nos Estados Unidos, vimos muito mais interesse na 2.^a Guerra do que na 1.^a. O povo britânico sempre teve uma ideia de que essas duas guerras pertenciam a duas diferentes ordens de moral. A 2.^a tinha sido uma guerra “boa”, porque combatemos Hitler. A 1.^a tinha sido “má”, primeiro porque morreram muito mais ingleses do que na seguinte. E também porque as pessoas achavam muito mais difícil de entender por que motivo, afinal, estávamos lutando. Isso é meio enganador, pois, afinal, (na 1.^a) ninguém viu do lado alemão nenhum demônio comparável ao holocausto – e consideremos que as pessoas só chegaram a entender o holocausto depois de 1945. E desde 1945 foi por causa do holocausto que ninguém no mundo se atrevia a sugerir que fosse errado combater Hitler – ele era percebido como o demônio.

Mas havia muitas outras situações em jogo.

Acredito, como expliquei no meu livro sobre a 1.^a Guerra, *Catástrofe: 1914 - A Europa vai à guerra*, que a nossa visão é por demais simplista. Deveríamos reconhecer que foi tão necessário lutar contra a

Alemanha em 1914 como foi necessário em 1939. Não estou, com isso, sugerindo que o kaiser Guilherme II e a Alemanha fossem demoníacos, comparados aos nazistas, mas porque a Alemanha estava a caminho de dominar a Europa. A Grã-Bretanha e a França defendiam a liberdade e a democracia e, portanto, era necessário enfrentá-la. E a maioria dos historiadores que eu respeito acredita que, se a Alemanha tivesse vencido a 1.ª Guerra, e se, portanto, coubesse ao kaiser Guilherme ditar a paz em Versalhes, então quaisquer que tenham sido os erros daquele tratado em 1919, os alemães teriam imposto um tratado muito pior, bem mais brutal. E que traria terríveis consequências à Europa. Há outra coisa a destacar: não discordo de ninguém quanto ao meu enorme respeito pela Alemanha de hoje. Essa Alemanha moderna é uma grande democracia, sem inclinações militaristas. Mas acho que precisamos reconhecer que ainda temos o mesmo problema – da Europa, em relação à Alemanha – que tínhamos em 1871 (quando da Guerra Franco-Prussiana).

E que problema é esse?

É descobrir como o resto da Europa poderá conviver com um Estado que é incomparavelmente mais forte e eficaz que todos os demais, sem que o resto do continente se torne parte de um império germânico. Embora o problema seja, em nossos dias, expresso de uma forma diferente, é ainda um gigantesco desafio para a Europa moderna. Não estou acusando os alemães de nada nem sugerindo que eles estejam se comportando de maneira errada – não estão. Mas é um grave problema que a Alemanha seja mais forte que todo mundo no continente. É difícil para todo mundo conviver com essa realidade.

Nenhum outro momento da 1.ª Guerra se compara a seu início, em que cruentas batalhas foram travadas em larga escala. Como explicar esse começo assim tão fulminante e tão diferente de outras guerras?

É que a maior parte da guerra, do Natal de 1914 em diante, afundou no impasse. Os exércitos, no front ocidental, praticamente não se moviam, um lado olhava o outro na trincheira logo ali adiante, ambos separados por um mar de lama. Mas antes disso, ainda em 1914, tinha sido completamente diferente, com vastos movimentos de campanha, grandes companhias avançando centenas de quilômetros. O exército francês, em especial, mergulhou nos combates parecendo as tropas de Napoleão, travando batalhas ainda napoleônicas... Não eram batalhas do século 20. E a possibilidade de a guerra de 1914 ser ganha rapidamente... logicamente, isso só poderia ocorrer se um dos lados entrasse em colapso. A França entrou em colapso em 1945, mas não em 1914. Enfim, havia essa crença de que um lado ou outro poderia chegar à vitória rapidamente. Quem sabe isso poderia ter ocorrido, refiro-me a um possível colapso francês, se a Grã-Bretanha não tivesse entrado na guerra.

Ao analisar a guerra o senhor tem dado muita importância, no entanto, a fatores não militares.

Essa é outra lição, que me parece uma incrível ironia de 1914: é que eles (*alemães*) não entenderam, na época, que os fatores econômicos são uma força mais poderosa em assuntos mundiais do que soldados – digo em termos gerais. Essa é a maior das ironias, a meu ver: se a Alemanha não tivesse ido à guerra, nada poderia impedi-la de dominar inteiramente a Europa em questão de mais 20 anos, por meios inteiramente pacíficos, econômicos e industriais. Tudo porque a Alemanha daquele período e os generais do kaiser só contavam a força em número de soldados. Não foram capazes de entender o triunfo que a Alemanha estava conquistando por métodos absolutamente pacíficos.

Como analisa a entrada dos Estados Unidos na guerra? Eles alteraram o equilíbrio de forças, apressaram o final dos combates e levaram ao Tratado de Versalhes – que abriu caminho para a 2.ª Guerra.

A contribuição americana não foi tão importante militarmente, mas econômica e moralmente. Poderiam ter tido importância militar, e muita, se a guerra se prolongasse. O que pesou de fato foi o dinheiro americano. De 1915 em diante, os aliados foram financiados em larga escala. Sem os créditos de Washington, é difícil imaginar como França e Inglaterra levariam as coisas adiante em 1915.

(...) Os americanos cometeram um enorme erro em 1918. Foi insistir, como defendeu (*o presidente*) Woodrow Wilson, que a Alemanha deveria assinar um armistício, em vez de uma rendição

incondicional. Com isso, deram o pretexto para que, mais tarde, os alemães dissessem que nunca foram derrotados, que não tinham perdido a guerra, que o que houve foi uma traição dos políticos em Berlim, que enfim eles traíram a Alemanha ao parar de lutar. É um argumento que me parece procedente, o de que foi um equívoco permitir aos alemães a ilusão de que não tinham sido derrotados.

Foi um final bem diferente do que em 1945.

Sim, e é interessante observar esse contraste. Lembro aqui um ótimo jornalista australiano, Alan Moorehead, que escreveu em 1945: “Não encontrei na Alemanha de 1945 nenhum sentimento de culpa, mas uma tremenda consciência da derrota”. Foi muito diferente de 1918. Nesse ano, a Alemanha não chegou a ser ocupada pelos aliados. E não havia nenhum grande senso de derrota, mas sim de traição. E você só vai adiante, com os alemães, se eles tivessem entendido que foram batidos. Era (*em 1918*) uma Alemanha praticamente intocada e, do outro lado, uma França devastada. Daí muitos alemães, naquele momento, não entenderem que tinham perdido.

O historiador Michael Howard lhe disse, numa entrevista, que a guerra entre Alemanha e Grã-Bretanha seria inevitável, independentemente de os britânicos entrarem ou não na guerra na Europa. O que isso significa?

Há duas grandes polêmicas sobre 1914. A primeira é sobre quem recai a responsabilidade pela guerra no continente europeu, tema a respeito do qual os historiadores discutem intensamente, ainda hoje. Eu acredito, pessoalmente, que a responsabilidade maior é dos alemães, por motivos que já expliquei no meu livro *Catástrofe – 1914: A Europa vai à guerra*. A Alemanha, a meu ver, era a única força que poderia parar as coisas, simplesmente dizendo à Áustria, em julho de 1914, que suspendesse a invasão da Sérvia. Se Berlim tivesse mandado um telegrama a Viena dizendo “Pare”, não teria havido guerra. Não quero dizer que não houvesse um conflito continental, mas não seria aquele iniciado em julho de 1914.

Essa é a famosa teoria do “cheque em branco”, a garantia de que a Áustria podia resolver os problemas com os sérvios, que a Alemanha seguraria os russos.

Sim. Mas muitos historiadores destacam um segundo debate, sobre se os britânicos deveriam ou não entrar no conflito. Bem, há um ou dois historiadores na Grã-Bretanha, Niall Ferguson e John Charmley, praticamente esses dois, que entendem que os britânicos deveriam manter-se neutros. Todos os historiadores que eu respeito – Michael Howard, Margaret MacMillan, Hew Strachan – argumentam que, numa guerra continental sem a Grã-Bretanha, a Alemanha venceria. E, em seguida, seria loucura imaginar que os alemães ficariam quietinhos em seu mundinho europeu, vendo a Grã-Bretanha controlando o mundo financeiro, as rotas marítimas mundiais, o seu imenso império em outros continentes. Seria preciso ter uma visão notavelmente generosa das intenções dos alemães para sustentar que deveríamos ter permanecido neutros.